

# Os Direitos da Mulher na China

## Da Teoria à Prática

Fátima Cristina das Neves Patrício

24-01-2011



As Mulheres Chinesas têm, ao longo da sua História, travado uma luta árdua contra as tradições culturais e a força dos ensinamentos confucianos. Com a Abertura da China ao Mundo iniciou-se uma nova Era nos Direitos Humanos da Mulher, mas ainda há um longo caminho a percorrer...

## ÍNDICE

Introdução .....	1
Evolução dos Direitos Humanos no Sistema Jurídico Chinês .....	2
Leis e regulamentações que protegem os Direitos da Mulher .....	3
Direitos da Mulher na China Actual .....	4
A Mulher e o Confucionismo .....	5
Discriminação na Educação e no Emprego.....	6
A Mulher e o Governo .....	6
Violência contra a Mulher .....	7
Rapto e Tráfico de Mulheres .....	7
Conclusão .....	8
Bibliografia.....	9

## INTRODUÇÃO

A China encontra-se num processo de modernização que implica grandes transformações na sociedade chinesa e no seu posicionamento no contexto internacional. Para isso muito contribuiu a sua abertura comercial com o mundo, a entrada na OMC (Organização Mundial do Comércio), e a adopção de políticas de mercado, denominada “economia de mercado socialista com características chinesas”. No entanto, o crescimento económico dum país deve ser acompanhado de desenvolvimento humano, da sociedade e dos seus cidadãos. No caso específico da China, muito se tem feito nesse sentido e muito há para fazer neste novo caminho traçado no horizonte chinês.

Tendo em consideração todo o desenvolvimento que a China tem alcançado e a sua visibilidade no panorama mundial, será pertinente analisar os aspectos jurídicos e constitucionais sobre a evolução dos direitos humanos no sistema jurídico chinês.

No que respeita aos direitos humanos o que ressalta em primeiro plano é o papel da Mulher na sociedade chinesa ao longo da sua história. Assim, após três décadas das reformas económicas, as mulheres chinesas passaram a usufruir de direitos iguais nas áreas política, económica, cultural, social e familiar. Diferentes das suas mães, cujas vidas de trabalhadoras eram determinadas pelo Estado, as mulheres de hoje podem escolher seus próprios caminhos. No entanto, as tradições culturais patriarcais continuam a exercer grande influência na sociedade chinesa onde o Homem sempre foi o elemento principal e dominante na família e no Estado.

Entre a teoria expressa nas leis dos direitos humanos da mulher na China e o que realmente é constatado na prática da vida quotidiana existe um grande distanciamento e é esta análise que se pretende desenvolver neste estudo sobre os “Direitos da Mulher na China”.

## EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA JURÍDICO CHINÊS

O Direito Chinês, embora tenha aparecido na Dinastia Xia (夏) há mais de quatro mil anos, só em finais de 1980 é que foi reafirmado com as reformas de *Deng Xiaoping* (邓小平) que procurou traçar um sistema jurídico na China. Desde a fundação da República Popular da China, em 1949, a China já adoptou quatro constituições, respectivamente em 1954, 1975, 1978 e 1982. Em 1949, *Mao Zedong* (毛泽东) formou o Estado Socialista na China, inspirado no confucionismo, transferiu a lealdade à família para a lealdade ao Partido Comunista Chinês (PCC) e ao Estado. A virtude confucionista transformada em virtude revolucionária passou a ser a prática do programa político, jurídico e económico do PCC. A Era de *Mao* ficou também marcada como a primeira tentativa de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Com a sua famosa frase “*women hold up half the sky*”, o Líder *Mao* pretendia abolir a discriminação de género na China, o que na realidade não se concretizou. Entretanto algumas leis foram publicadas:

1950 - *Lei do Casamento (pela primeira a mulher ganhou liberdade para se casar e divorciar-se)*  
 1950 - *Reforma Agrária (a mulher ganhou direito a propriedade e a terra).*

1953 - *As Mulheres ganharam o direito de voto.*

1958 - *7 Milhões de mulheres empregadas, dez vezes mais do que 1949, com igual salário.*

1966 - *Crescimento rápido do número de mulheres líderes no governo e da “model-workers”.*

Durante este período formou-se a “*All-China Women’s Federation (ACWF)*”, uma organização de massas dedicada à promoção das mulheres de todas as etnias e em todas as esferas da vida, a sua missão era representar e proteger os direitos e interesses das Mulheres, esta organização era suportada pelo PCC.

Durante o processo de evolução da República Popular da China nos trinta anos seguintes, assistiu-se a um esforço para institucionalizar um sistema legal socialista o que foi conseguido com a aprovação da Constituição de 1978, seguida de um conjunto de diplomas, entre os quais, a lei Penal de 1979.

No entanto, só com a Constituição aprovada em 1982, considerada a mais importante, foram contemplados os direitos humanos da Mulher, embora ainda muito limitados, que constam no capítulo “Direitos Fundamentais e Deveres dos cidadãos”, Artigo 48º e 49º:

*“Constituição de 4 de Dezembro de 1982 da República Popular da China*

*Artigo 48.º*

*As mulheres na República Popular da China gozam dos mesmos direitos dos homens em todas as esferas da vida política, económica, cultural, social e familiar.*

*O Estado protege os direitos e interesses das mulheres, aplica a homens e mulheres sem distinção o princípio de “a trabalho igual salário igual” e forma e escolhe quadros de entre as mulheres.*

*Artigo 49.º*

*O casamento, a família, a mãe e a criança são protegidos pelo Estado.*

*Tanto o marido como a mulher têm o dever de praticar o planeamento familiar.*

*Os pais têm o dever de criar e educar os filhos menores e os filhos maiores têm o dever de manter e auxiliar os pais.*

*É proibida a violação da liberdade de casamento. São proibidos os maus tratos a velhos, mulheres e crianças.”*

Em 2004 com a aprovação dum emenda constitucional, a Constituição Chinesa, pela primeira vez, passou a proteger os Direitos Humanos nos aspectos jurídico e constitucional.

Na **Teoria** o governo chinês tem desenvolvido grandes esforços para contrariar a linha de orientação definida ao longo da história da China pela tradição cultural ainda muito enraizada na vida quotidiana dos chineses e pelo espírito revolucionário de *Mao* que paira ainda sobre o Partido Comunista Chinês.

Este esforço, na minha opinião, tem origem na grande pressão internacional sobre a questão dos direitos humanos na China e também como parte integrante da política estratégica da “Nova” China face à Globalização.

Exemplos disso são as políticas adoptadas pelo governo nos últimos anos em relação aos Direitos Humanos da Mulher na China.

#### LEIS E REGULAMENTAÇÕES QUE PROTEGEM OS DIREITOS DA MULHER

Actualmente, a China tem um sistema jurídico formado com base na Constituição, onde a Lei protege os Direitos e os Interesses das Mulheres da República Popular da China que inclui a lei do Direito Civil, Penal, Eleitoral, a lei do Trabalho, do Casamento, do Planeamento Familiar e da contratação de Terra Rural. Há que sublinhar que a questão da igualdade entre Homens e Mulheres é uma das políticas fundamentais do governo chinês para o desenvolvimento social do país.

Desde a aprovação da Lei de Garantia dos Direitos e interesses da Mulher da República Popular da China em Abril de 1992, o Comité Permanente da Assembleia Nacional Popular (CPANP) fez 12 leis e duas resoluções para a protecção dos direitos e interesses das mulheres chinesas tal como, a lei do trabalho que proíbe a discriminação de género no processo de recrutamento e trabalho. O Conselho de Estado (CE) fez sete regulamentos administrativos relacionados com a protecção dos direitos e interesses das mulheres; mais 98 regulamentos foram elaborados por vários departamentos, e mesmo em todas as províncias e municípios também foram feitos regulamentos a contemplar esta causa. A fim de promover a implementação dessas leis, os governos locais fizeram documentos e lançaram campanhas de promoção para uma maior consciencialização da protecção dos direitos das mulheres na China.

## DIREITOS DA MULHER NA CHINA ACTUAL

O Estado Chinês continua empenhado em atingir as metas estabelecidas pelo Programa de Desenvolvimento das Mulheres Chinesas (2001-2010), ao promover a igualdade de género, bem como garantir os direitos legítimos e os interesses das mulheres. Como prova desse esforço, o Gabinete de Informação do Conselho de Estado publicou um novo Plano de Acção Nacional de Direitos Humanos da China (2009-2010) em 13 de Abril de 2009.

Nesse Plano são focadas acções fundamentais a serem desenvolvidas em prol da questão dos Direitos Humanos das Mulheres na China, tais como:

“- Aumentar a participação das mulheres na gestão dos assuntos estatais e sociais. Os Congressos do Povo, as conferências políticas de consulta e os governos locais a todos os níveis devem ter pelo menos um membro feminino na liderança.

- Garantir direitos iguais para as mulheres no mercado de trabalho e o seu acesso a recursos económicos. A discriminação de género é proibida no recrutamento de novos trabalhadores e funcionários. Disposições especiais para a protecção das mulheres serão incluídas nos contratos de trabalho e contratação colectiva, e medidas especiais de protecção de trabalho para as mulheres serão melhoradas. A cobertura do seguro de maternidade para as trabalhadoras urbanas atingirá 90 por cento. A associação e os direitos legais das mulheres em organizações económicas colectivas rurais serão garantidos.

- Garantir o direito das mulheres à educação. A taxa líquida de escolarização das raparigas em idade escolar irá atingir 99 por cento. A taxa de alfabetização das mulheres adultas será aumentada para 85 por cento e a das mulheres jovens e de meia-idade, 95 por cento. Programas de Formação de professores devem incluir educação sobre a consciência de género.

- Garantir os direitos reprodutivos das mulheres e a melhoria dos serviços de saúde materna. A Informação e a educação sobre o planeamento familiar e a saúde reprodutiva serão fornecidos às mulheres. Em 2010, a cobertura dos serviços de maternidade e de cuidados de saúde nas áreas urbana e rural será superior a 90 por cento e 80 por cento, respectivamente.

- Prevenir e reprimir os crimes de rapto e tráfico de mulheres. O Plano de Acção para acabar com o rapto e tráfico de mulheres e crianças (2008-2012) foi promulgado e aplicado.

- Proibir todas as formas de violência doméstica contra as mulheres, explorar e estabelecer um mecanismo de trabalho que combina a proibição, prevenção e assistência na luta contra a violência doméstica”. (China.org.cn).

Na **Prática**, muitas destas leis e regulamentações não são implementadas e fiscalizadas devidamente, muitos factores (cultural, económico e político) contribuem para este desfasamento, daí a necessidade de analisar, sucintamente, a imagem da Mulher do “passado” e do “presente” na sociedade chinesa.

## A MULHER E O CONFUCIONISMO (儒家)

Os pensamentos de Confúcio (孔子) influenciaram, durante séculos, as mentes chinesas. Sem ser religião oficial ou fé exclusiva, o confucionismo tem sido guia espiritual da China ao longo da sua História.

Durante a dinastia *Han* (汉), o confucionismo tornou-se parte integrante do ensino oficial, o que muito ajudou para a sua propagação por toda a China. Em dinastias posteriores, a autoridade masculina foi-se reforçando o que originou a desvalorização e submissão da mulher na sociedade chinesa.

Na sociedade Confuciana, a mulher só auferia poder, tornando-se mãe ou sogra. Enquanto mãe, tinha a tarefa de gerar um filho e era rejeitada se nascesse uma filha. A filha devia obedecer ao pai até o dia do seu casamento, depois disso, devia obediência ao marido. A mulher não podia possuir nada além do que trouxesse consigo ao se casar e a sua natureza deveria ser passiva, girando à volta do marido e dos seus familiares.

O filho não só garantia a continuidade da linhagem masculina na família e o culto aos antepassados, mas também, assegurava a sobrevivência dos pais na velhice.

Outro ensinamento de Confúcio sublinhava que a mulher era a causa de muitas desordens, a mulher não deveria governar e que as suas ideias não deveriam ser levadas em consideração. Como exemplo, passo a citar alguns ensinamentos de Confúcio (孔子):

*"O dever de uma mulher não é controlar ou assumir a responsabilidade."*

*"O maior direito da mulher é produzir um filho."*

*"Um marido pode casar duas vezes, mas sua mulher nunca deve se casar novamente."*

*"Nós não deveríamos estar muito familiarizado com as ordens mais baixas ou com as mulheres."*

*"O homem é honrado pela força, uma mulher é bonita por conta de sua gentileza."*

*"A mulher é de natureza passiva."*

*"A mulher deve olhar para o marido como se ele fosse o próprio céu, e nunca se cansa de pensar como ela pode-se render a ele."*

Muitas dessas ideias ainda hoje influenciam a maneira como as mulheres chinesas são tratadas na sociedade chinesa.



## DISCRIMINAÇÃO NA EDUCAÇÃO E EMPREGO

Em 2005 o governo aprovou a emenda da Lei de Protecção dos Direitos e Interesses da Mulher, conhecido como Constituição das Mulheres, para tornar a igualdade entre os géneros uma política explícita do estado, também declarou ilegal, pela primeira vez o assédio sexual. Mesmo com esta lei, as mulheres continuam a ser discriminadas.

É difícil para as mulheres conseguirem um emprego, mesmo que tenham qualificações profissionais. Na maioria, os bons empregos são oferecidos apenas para os homens. Em condições iguais de trabalho, a mulher recebe menos 78% de salário do homem. As mulheres chinesas formam um terço dos trabalhadores nos sectores do comércio, indústria, finanças e comunicação.

Elas representam também quase metade dos trabalhadores na área da educação e da saúde. Segundo as estatísticas, mais de 70% do abandono escolar são meninas e 70% dos cerca de 220 milhões de pessoas que são semi-analfabetas ou analfabetas na China são mulheres.

Em 1990, cerca de 200.000 mulheres licenciaram-se, o que perfaz cerca de um terço dos licenciados na China.

## A MULHER E O GOVERNO

O governo aprovou uma lei de igualdade de género em 1949, no entanto continua-se a assistir à discriminação contra as mulheres.

Em 2005, o governo chinês divulgou o “*White Paper*” para marcar o 10o aniversário da Quarta Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres. Este documento promove a igualdade entre homens e mulheres em nove aspectos, incluindo a política e a vida familiar. O “*White Paper*” sublinha que o governo está a fazer o possível para eliminar a discriminação no ensino, também reconhece que os problemas de igualdade de género não foram resolvidos na China. Prova disso é o facto de não existirem muitas mulheres a desempenharem um papel importante no governo.

O Comité Central é o maior círculo do Partido Comunista na China e apenas 22 membros são mulheres num total de 192 pessoas.

Embora a influência política das mulheres tenha aumentado ao longo dos últimos 50 anos continua ainda abaixo do razoável e desejável para o séc. XXI.



## VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

É muito comum na China as mulheres serem sujeitas a violência doméstica. É considerado aceitável em algumas partes da China os homens abusarem das suas esposas, não existem leis para as proteger e muitas autoridades não denunciam o abuso porque consideram uma questão familiar.

A maioria da violência doméstica é praticada em áreas urbanas e muitas mulheres não gostam de relatar o abuso ou não se divorciam porque são pressionadas para manter a família unida.

Por outro lado, as mulheres que sofrem de violência doméstica não têm maneira de escapar, uma vez que não existem abrigos para onde possam ir.

## RAPTO E TRÁFICO DE MULHERES

Na China Antiga o rapto e tráfico de pessoas era frequente, com a instauração da RPC este fenómeno foi praticamente banido, no entanto, com a Revolução Cultural reapareceu e foi-se agravando até aos nossos dias. Os factores que mais contribuíram para este crime foram o planeamento familiar, o êxodo do campo para a cidade, por razões socioeconómicas, e o ressurgimento da prostituição nas cidades.

As mulheres têm sido os principais alvos de sequestro, prisão ilegal, agressão física e sexual, e de venda. Este continua a ser um problema sério na China, principalmente nas áreas rurais. Existem mulheres que estão a ser vendidas como “noivas” no mercado negro. Os Homens que adquirem estas “noivas” não são presos, prova de que o comércio de mulheres ainda está activo. Normalmente, quando as vítimas tentam escapar, elas são brutalmente espancadas, presas e possivelmente, assassinadas. Às mulheres que são compradas são dadas licenças de casamento para provar que são casadas com o comprador.

Numa sociedade com tão grandes diferenças sociais, esta situação ocorre, muitas vezes, por necessidade de encontrarem melhores condições de vida.

O governo tem desenvolvido esforços para eliminar o comércio de mulheres, mas a maior dificuldade reside no facto de que, alguns funcionários do Estado estarem envolvidos neste comércio.

Como alternativa, as mulheres só podem ser salvas se fizerem uma reclamação ou se a família fizer uma denúncia.

## CONCLUSÃO

A República Popular da China é um estado totalitário. O partido comunista é a única entidade política autorizada a definir as suas linhas de orientação política. Devido a esse facto, muita da informação sobre os Direitos Humanos da Mulher pode ser classificada como segredo de Estado. Muitas estatísticas em relação ao rapto e ao tráfico de mulheres, abortos induzidos, esterilizações, infanticídios e outras violações podem ser omissas.

É incontestável que, desde os anos 80, o governo chinês, inserido nas políticas do mercado livre, ajudou centenas de milhões de pessoas a saírem do limiar da pobreza, sendo agora a economia de mais rápido crescimento no mundo. Embora algumas mulheres tenham beneficiado com este crescimento, muitas ainda continuam em condições desfavorecidas na sociedade chinesa.

Em relação à aplicação das leis, as mulheres ganharam um estatuto de igualdade de Direitos na Educação, no Casamento e na sua Liberdade, no entanto, em muitas vilas e zonas rurais, as leis ainda são ignoradas, como relatado anteriormente, a violência doméstica e o tráfico de mulheres e crianças, especial de meninas, é tido como uma ocorrência regular e normal nos parâmetros sociais.

A constituição chinesa é bem explícita no que respeita aos Direitos da Mulher: "As mulheres na República Popular da China gozam de direitos iguais aos dos homens em todas as esferas da vida política, económica, cultural, social e na vida familiar". No entanto, a importância dada aos Direitos das Mulheres no "papel" nem sempre é praticada nas ruas, nas casas e nos locais de trabalho.

Resta como alternativa possível, para as mulheres e os todos os seus apoiantes, levantarem-se, organizarem-se, protestarem e exigirem a qualidade de vida e as liberdades a que têm direito. Os seus números são imensos, as suas contribuições são monumentais, o seu potencial é ilimitado.

Ações concertadas de tal multidão, uma multidão de pessoas focadas e dedicadas à questão dos Direitos Humanos da Mulher na China, podem mudar as políticas do Governo Comunista da República Popular da China. Muitos acreditam que é apenas uma questão de tempo até que tais acontecimentos ocorram e o tempo passa muito depressa...como dizia 孔子:

*"Analects of Confucius"* 论语:

子在川上曰。逝者如斯夫，不舍晝夜。

*"Standing by the side of a river, Confucius sighed, "Time is going on like this river, flowing away endlessly day and night".*

## BIBLIOGRAFIA:

PEREIRA, Júlio A.C. Comentário à Lei Penal Chinesa – Estudos e Documentos, Livros do Oriente, 1996.

BERNHARDT, Kathryn. Women and Property in China, 960-1949 Stanford University Press, 2010

YUAN, Lijun - Reconceiving Women's Equality in China: A Critical Examination of Models of Sex Equality- Lexington Books, 2005.

GOMES Canotilho, José Joaquim. Estudos Sobre Direitos Fundamentais. Coimbra Editora, Coimbra, 2004

SMET, Dieter Janina Albert de - O papel do direito na China : caso dos contratos SACSJP da Universidade de Aveiro, 2004

ALVES, Ana Cristina Ferreira de Almeida Rodrigues - Representações do feminino na cultura chinesa: a mulher nos discursos, filosófico, religioso e sociopolítico, Lisboa : A. Alves, 2004.

POTTER, Pitman B. - The Chinese legal system: globalization and local legal culture. London: Routledge, 2002

KHAN, Azizur Rahman. Inequality and poverty in China in the age of globalization, Oxford: University Press, cop. 2001

WAN, Ming, 1953 - Human rights in Chinese foreign relations: defining and defending national interests. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001

## LINKS:

[Http://news.xinhuanet.com/english/2009-04/13/content\\_11177126.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2009-04/13/content_11177126.htm)

<http://www.china.org.cn>

National Human Rights Action Plan of China (2009-2010).

<Http://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u32552.shtml>.

China inclui direitos humanos em sua Constituição.

<Http://www.acmuller.net/con-dao/analects.html>

Anaclets of Confucius

<Http://www.women.org.cn/english/index.htm>

All-china Women's Federation